



HOSPITAL DE  
**CLÍNICAS**  
PORTO ALEGRE RS

**MISSÃO INSTITUCIONAL**

*Prestar assistência de excelência e referência com responsabilidade social, formar recursos humanos e gerar conhecimentos, atuando decisivamente na transformação de realidades e no desenvolvimento pleno da cidadania.*

# CADERNO DE QUESTÕES

## EDITAL 05/2010 DE PROCESSOS SELETIVOS

### PS 38 - ADVOGADO I

### Pesquisa Científica e Tecnológica

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

Inscrição nº: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_



HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

**EDITAL Nº 05/2010 DE PROCESSOS SELETIVOS**

**GABARITO APÓS RECURSOS**

PROCESSO SELETIVO 38

**ADVOGADO I - Pesquisa Científica e Tecnológica**

01.	<b>D</b>	11.	<b>E</b>	21.	<b>E</b>	31.	<b>ANULADA</b>	41.	<b>ANULADA</b>
02.	<b>C</b>	12.	<b>E</b>	22.	<b>B</b>	32.	<b>B</b>	42.	<b>C</b>
03.	<b>C</b>	13.	<b>D</b>	23.	<b>C</b>	33.	<b>E</b>	43.	<b>D</b>
04.	<b>A</b>	14.	<b>C</b>	24.	<b>B</b>	34.	<b>A</b>	44.	<b>E</b>
05.	<b>B</b>	15.	<b>D</b>	25.	<b>D</b>	35.	<b>C</b>	45.	<b>A</b>
06.	<b>E</b>	16.	<b>C</b>	26.	<b>E</b>	36.	<b>B</b>	46.	<b>D</b>
07.	<b>D</b>	17.	<b>A</b>	27.	<b>B</b>	37.	<b>ANULADA</b>	47.	<b>C</b>
08.	<b>C</b>	18.	<b>A</b>	28.	<b>A</b>	38.	<b>ANULADA</b>	48.	<b>D</b>
09.	<b>B</b>	19.	<b>D</b>	29.	<b>A</b>	39.	<b>D</b>	49.	<b>E</b>
10.	<b>E</b>	20.	<b>B</b>	30.	<b>A</b>	40.	<b>A</b>	50.	<b>ANULADA</b>

# INSTRUÇÕES

- 1 Verifique se este CADERNO DE QUESTÕES corresponde ao Processo Seletivo para o qual você está inscrito. Caso não corresponda, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 2 Esta PROVA consta de **50** (cinquenta) questões objetivas, assim distribuídas: questões **01 a 30**, do conteúdo referido no Grupo 1, e questões **31 a 50**, do conteúdo referido no Grupo 2.
- 3 Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 4 Para cada questão objetiva, existe apenas **uma** (1) alternativa correta, a qual deverá ser assinalada com caneta esferográfica, de tinta azul, na FOLHA DE RESPOSTAS.
- 5 Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas nessa FOLHA, a partir do número 51, serão desconsideradas.
- 6 Durante a prova, não será permitida ao candidato qualquer espécie de consulta a livros, códigos, revistas, folhetos ou anotações, nem será permitido o uso de telefone celular, transmissor/receptor de mensagem ou similares e calculadora.
- 7 Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS ao Fiscal da sala.
- 8 A duração da prova é de **4 (quatro) horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a FOLHA DE RESPOSTAS será **imediatamente** recolhida.
- 9 O candidato somente poderá retirar-se do recinto da prova após transcorrida uma (1) hora do seu início.
- 10 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato

**Boa Prova!**



**01.** A Lei de programas de computadores considera que **NÃO** constituem ofensa aos direitos do titular de programa de computador

- I - a citação parcial do programa, para fins didáticos, desde que identificados o programa e o titular dos direitos respectivos.
- II - a reprodução em mais de um exemplar de cópia legitimamente adquirida, desde que se destine à cópia de salvaguarda ou armazenamento eletrônico, hipótese em que o exemplar original servirá de salvaguarda.
- III - a ocorrência de semelhança de programa a outro, preexistente, quando se der por força das características funcionais de sua aplicação, da observância de preceitos normativos e técnicos, ou de limitação de forma alternativa para a sua expressão.
- IV - a integração de um programa, mantendo-se suas características essenciais, a um sistema aplicativo ou operacional, tecnicamente indispensável às necessidades do usuário, desde que para o uso exclusivo de quem a promoveu.

Quais dos itens completam corretamente a afirmação do enunciado?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas I, III e IV.
- (E) Apenas II, III e IV.

**02.** No que diz respeito às Limitações e Exceções dos direitos autorais previstas no TRIPS, considere as afirmações abaixo.

- I - Não adotou nenhum dispositivo em particular para abordar as limitações e exceções dos direitos autorais.
- II - Adota dispositivo segundo o qual os Membros restringirão as limitações ou exceções aos direitos exclusivos a determinados casos especiais, que não conflitem com a exploração normal da obra e não prejudiquem injustificavelmente os interesses legítimos do Autor.
- III - Adota o dispositivo apresentando elenco taxativo das hipóteses de limitação e exceção.
- IV - Adota dispositivo segundo o qual os Membros restringirão as limitações ou exceções aos direitos exclusivos a determinados casos especiais, que não conflitem com a exploração normal da obra e não prejudiquem injustificavelmente os interesses legítimos do titular do direito.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas IV.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) Apenas II, III e IV.

**03.** Assinale a alternativa que faz uma afirmação **INCORRETA** no que se refere à Lei de Direitos Autorais.

- (A) Pertencem ao autor os direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou.
- (B) Os coautores da obra intelectual exercerão, de comum acordo, os seus direitos, salvo convenção em contrário.
- (C) Cabe exclusivamente ao produtor o exercício dos direitos morais sobre a obra audiovisual.
- (D) O autor poderá repudiar a autoria de projeto arquitetônico alterado sem o seu consentimento durante a execução ou após a conclusão da construção.
- (E) Os direitos morais do autor são inalienáveis e irrenunciáveis.

**04.** Considere os seguintes itens, nos termos da Lei 9.610/98.

- I - os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência.
- II - os textos de tratados ou convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais e demais atos oficiais.
- III- as ideias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos.

Quais constituem objeto de proteção como direitos autorais?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

**05.** Quanto ao prazo de duração dos Direitos Autorais previstos na Lei 9.610/98, assinale a alternativa que completa **INCORRETAMENTE** a afirmação que segue.

É de setenta anos o prazo de proteção aos direitos patrimoniais

- (A) sobre as obras anônimas ou pseudônimas, contado de 1º de janeiro do ano imediatamente posterior ao da primeira publicação.
- (B) para os casos de coautoria, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente à execução e representação pública.
- (C) sobre os fonogramas, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente à fixação.
- (D) para as emissões das empresas de radiodifusão, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente à transmissão.
- (E) sobre obras audiovisuais e fotográficas, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação.

**06.** Tendo em vista a Lei 9.610/98, considere as seguintes conceituações.

- I - obra em coautoria - quando é criada em comum, por dois ou mais autores
- II - obra anônima - quando não se indica o nome do autor, por sua vontade ou por ser desconhecido
- III- obra pseudônima - quando o autor se oculta sob nome suposto
- IV - obra coletiva - a criada por iniciativa, organização e responsabilidade de uma pessoa física ou jurídica, que a publica sob seu nome ou marca, e que é constituída pela participação de diferentes autores, cujas contribuições se fundem numa criação autônoma

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

**07.** Assinale a alternativa **INCORRETA** no que se refere à Lei 9610/98.

- (A) No exercício do direito de reprodução, o titular dos direitos autorais poderá colocar à disposição do público a obra, na forma, local e pelo tempo que desejar, a título oneroso ou gratuito.
- (B) O direito de exclusividade de reprodução não será aplicável quando ela for temporária e apenas tiver o propósito de tornar a obra, fonograma ou interpretação perceptível em meio eletrônico ou quando for de natureza transitória e incidental, desde que ocorra no curso do uso devidamente autorizado da obra, pelo titular.
- (C) Em qualquer modalidade de reprodução, a quantidade de exemplares será informada e controlada, cabendo a quem reproduzir a obra a responsabilidade de manter os registros que permitam, ao autor, a fiscalização do aproveitamento econômico da exploração.
- (D) As diversas modalidades de utilização de obras literárias, artísticas ou científicas ou de fonogramas não são independentes entre si, e a autorização concedida pelo autor, ou pelo produtor, respectivamente, não se estende a quaisquer das demais.
- (E) Quando uma obra feita em regime de coautoria não for divisível, nenhum dos coautores, sob pena de responder por perdas e danos, poderá, sem consentimento dos demais, publicá-la ou autorizar-lhe a publicação, salvo na coleção de suas obras completas.

**08.** Considere as situações abaixo.

- I - Reprodução, na imprensa diária ou periódica, de notícia ou de artigo informativo, publicado em diários ou periódicos, com a menção do nome do autor, se assinados, e da publicação de onde foram transcritos.
- II - Reprodução, em diários ou periódicos, de discursos pronunciados em reuniões públicas de qualquer natureza.
- III- Reprodução de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários.
- IV - Reprodução de retratos, ou de outra forma de representação da imagem, feitos sob encomenda, quando realizada por terceiros.

Quais **NÃO** constituem ofensa aos direitos autorais?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I, II e III.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

**09.** Considerando a Lei 9.610/98, assinale a alternativa que completa **INCORRETAMENTE** o enunciado abaixo.

São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

- (A) as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza.
- (B) as invenções, os modelos de utilidade e os desenhos industriais.
- (C) os programas de computador.
- (D) as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual.
- (E) as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova.

**10.** O titular do direito patrimonial sobre uma base de dados terá, a respeito da forma de expressão da estrutura da referida base, o direito exclusivo de autorizar ou proibir

- I - sua reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo.
- II - sua tradução, adaptação, reordenação ou qualquer outra modificação.
- III- a distribuição do original ou cópias da base de dados ou a sua comunicação ao público.

Quais completam corretamente o enunciado acima?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

**11.** Assinale a alternativa que completa corretamente o enunciado abaixo.

Nos termos da Lei 9.610/98, **NÃO** constituem violação aos direitos autorais

- (A) alterar, suprimir, modificar ou inutilizar, de qualquer maneira, dispositivos técnicos introduzidos nos exemplares das obras e produções protegidas para evitar ou restringir sua cópia.
- (B) alterar, suprimir ou inutilizar, de qualquer maneira, os sinais codificados destinados a restringir a comunicação ao público de obras, produções ou emissões protegidas ou a evitar a sua cópia.
- (C) suprimir ou alterar, sem autorização, qualquer informação sobre a gestão de direitos.
- (D) distribuir, importar para distribuição, emitir, comunicar ou puser à disposição do público, sem autorização, obras, interpretações ou execuções, exemplares de interpretações fixadas em fonogramas e emissões, sabendo que a informação sobre a gestão de direitos, sinais codificados e dispositivos técnicos foram suprimidos ou alterados sem autorização.
- (E) reproduzir em um só exemplar pequenos trechos para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro.

**12.** Nos termos do artigo 29 da Lei 9.610/98, depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como

- I - a reprodução integral.
- II - a edição.
- III- a adaptação, o arranjo musical e quaisquer outras transformações.

Quais completam corretamente o enunciado acima?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

**13.** No que se refere à Lei de Direitos Autorais, considere as seguintes afirmações.

- I - Os estrangeiros domiciliados no exterior gozarão da proteção assegurada nos acordos, convenções e tratados em vigor no Brasil.
- II - Interpretam-se irrestritamente os negócios jurídicos sobre os direitos autorais.
- III- Não serão de domínio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios as obras por eles simplesmente subvencionadas.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

**14.** Considere as seguintes afirmações acerca de sanções cíveis e penais no direito de autor.

- I - A ação de abstenção de prática de ato deverá ser cumulada com a de perdas e danos pelos prejuízos decorrentes da infração.
- II -Independentemente de ação cautelar preparatória, o juiz deverá conceder medida liminar proibindo ao infrator a prática do ato incriminado.
- III- Na hipótese de serem apresentadas, em juízo, para a defesa dos interesses de qualquer das partes, informações que se caracterizem como confidenciais, deverá o juiz determinar que o processo prossiga em segredo de justiça, vedado o uso de tais informações também à outra parte para outras finalidades.

Quais estão de acordo com a Lei 9.610/98?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

**15.** Considere os seguintes direitos morais do autor.

- I - o de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra;
- II - o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra;
- III- o de conservar a obra inédita;
- IV- o de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra;
- V - o de modificar a obra, antes ou depois de utilizada;
- VI- o de retirar de circulação a obra ou de suspender qualquer forma de utilização já autorizada, quando a circulação ou utilização implicarem afronta à sua reputação e imagem;
- VII - o de ter acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontre legitimamente em poder de outrem, para o fim de, por meio de processo fotográfico ou assemelhado, ou audiovisual, preservar sua memória, de forma que cause o menor inconveniente possível a seu detentor, que, em todo caso, será indenizado de qualquer dano ou prejuízo que lhe seja causado.

Assinale a alternativa que apresenta apenas direitos, dentre os mencionados, que, por morte do autor, transmitem-se a seus sucessores.

- (A) V e VII.
- (B) VI e VII.
- (C) I, IV e VI.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II, III e VII.

**16.** O prazo legal para o requerimento do pedido de exame de uma patente de invenção é de

- (A) 12 (doze) meses contados da data de depósito do pedido de patente.
- (B) 24 (vinte e quatro) dias contados da data de publicação do pedido de patente.
- (C) 36 (trinta e seis) meses contados da data de depósito do pedido de patente.
- (D) 90 (noventa) dias contados da data de depósito do pedido de patente.
- (E) 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do pedido de patente.

**17.** Assinale a única alternativa que completa **INCORRETAMENTE** a frase a seguir.

Comete crime de concorrência desleal quem

- (A) presta ou divulga, acerca de concorrente qualquer tipo de informação, com o fim de obter vantagem.
- (B) atribui-se, como meio de propaganda, recompensa ou distinção que não obteve.
- (C) recebe dinheiro ou outra utilidade, ou aceita promessa de paga ou recompensa, para, faltando ao dever de empregado, proporcionar vantagem a concorrente do empregador.
- (D) emprega meio fraudulento, para desviar, em proveito próprio ou alheio, clientela de outrem.
- (E) substitui, pelo seu próprio nome ou razão social, em produto de outrem, o nome ou razão social deste, sem o seu consentimento.

**18.** São requisitos para a obtenção de uma patente de invenção, de acordo com a Lei 9.279/96:

- (A) novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.
- (B) novidade, ato inventivo e aplicação industrial.
- (C) novidade relativa, atividade inventiva e aplicação industrial.
- (D) originalidade, ato inventivo e aplicação industrial.
- (E) novidade, ato inventivo e originalidade.

**19.** Assinale a alternativa correta sobre o processo administrativo de patente junto ao INPI, de acordo com a Lei 9.279/96.

- (A) O depositante do pedido e o titular da patente estão sujeitos ao pagamento de retribuição anual, a partir do início do terceiro ano da data da publicação do pedido de patente.
- (B) O prazo legal para ingressar com a ação de nulidade de patente é de 3 (três) anos.
- (C) De acordo com o artigo 87 (oitenta e sete) da Lei 9.279/96, após a notificação do arquivamento do pedido da patente, não é mais possível efetuar a restauração deste pedido.
- (D) Uma das formas de extinção da patente ocorre quando a pessoa domiciliada no exterior não constitui e mantém procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações.
- (E) A legitimidade para requerer o exame do pedido de patente, na forma do artigo 33, é de exclusiva do depositante do pedido.



**20.** No que se refere ao Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), em vigor no Brasil, considere as seguintes requisitos.

- I - A realização de uma busca nacional de patentes.
- II - O prazo legal de 12 (doze) meses, contados da data do depósito do primeiro pedido de patente, para que o titular de um pedido de patente nacional de país que seja signatário do PCT ingresse com o pedido internacional de patente reivindicando a prioridade daquele pedido de patente nacional.
- III- Inglês, francês, alemão e espanhol como os únicos idiomas oficiais para publicação internacional do pedido internacional de patente.

Quais estão previstos por este Tratado?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

**21.** Considerando a Lei 9.279/96, sobre o direito de patentes, assinale a alternativa correta.

- (A) O requisito da suficiência descritiva de patentes não está previsto nessa Lei.
- (B) O período de graça para divulgação não prejudicial de uma invenção é de 6 (seis) meses.
- (C) O prazo de sigilo do pedido de patente é de 18 meses, não podendo haver qualquer tipo de publicação antecipada em respeito ao princípio da publicidade.
- (D) Se o exame da patente não for requerido pelo depositante no prazo de 12 (doze) meses contados da data do depósito do pedido de patente, este pedido de patente será arquivado.
- (E) O examinador de patentes do INPI poderá emitir parecer opinando, entre outros aspectos, pela adaptação do pedido à natureza reivindicada.

**22.** Em relação ao direito de propriedade intelectual, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Os efeitos da nulidade da patente retroagem até a data do depósito da patente (*ex tunc*).
- (B) O prazo de validade da patente de modelo de utilidade é de 20 anos contados da data do depósito do pedido.
- (C) Um dos princípios introduzidos no Brasil através do Acordo sobre os Direitos da Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (ADPIC/TRIPS) foi o princípio do Tratamento da Nação mais Favorecida.
- (D) A Convenção da União de Paris (CUP), da qual o Brasil é signatário, prevê proteção às marcas notoriamente conhecidas.
- (E) A ação para reparação de dano causado ao direito de propriedade industrial prescreve em 5 (cinco) anos.

**23.** Em relação ao direito sobre desenhos industriais, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Os requisitos de novidade e originalidade são inerentes aos desenhos industriais.
- (B) O desenho industrial é considerado novo quando não compreendido no estado da técnica.
- (C) O registro de desenho industrial somente será concedido pelo INPI após exame de mérito.
- (D) O requerimento ou a instauração de ofício do processo administrativo de nulidade de registro de desenho industrial suspenderá os efeitos da concessão do registro se apresentada ou publicada no prazo de 60 (sessenta) dias da concessão.
- (E) A originalidade de um desenho industrial também pode ser decorrente da combinação de elementos conhecidos.

**24.** Assinale a alternativa correta no que se refere ao sistema brasileiro de registro de marcas.

- (A) Esse sistema protege os sinais distintivos visuais e sonoros, desde que não sejam reprodução ou imitação de marcas anteriormente registradas em ramos de atividade idênticos ou similares.
- (B) Uma marca notoriamente conhecida em seu ramo de atividade goza de proteção especial, independentemente de estar previamente depositada ou registrada no Brasil.
- (C) Uma marca de alto renome é sinônimo de marca notória e concede uma proteção especial à marca registrada no exterior.
- (D) A anterioridade do nome empresarial de uma suposta empresa, AWZ Ltda., prestadora de serviços, não constitui elemento suficiente para anular o registro da marca AWZ requerida posteriormente por terceiro no INPI, mesmo que esta marca e os ramos de atividade sejam idênticos e haja possibilidade de confusão com o nome empresarial AWZ Ltda.
- (E) As formas de apresentação de uma marca são nominativa, figurativa, mista, tridimensional e coletiva.

**25.** Considerando a Lei 9.279/96 sobre propriedade industrial, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A licença compulsória de patentes está prevista nessa Lei.
- (B) A falta de exploração de patente concedida há mais de 3 (três) anos pode servir como um dos requisitos para o licenciamento compulsório de patentes.
- (C) O registro de uma marca é prorrogável por períodos sucessivos de 10 (dez) anos.
- (D) O titular do registro de uma marca no INPI é obrigado a iniciar o uso desta no prazo de 5 (cinco) anos contados da data do depósito do pedido de registro no INPI, sob pena de estar sujeito a um processo de caducidade.
- (E) A propriedade da marca adquire-se pelo registro validamente expedido pelo INPI.

**26.** Em relação a contratos envolvendo direitos de propriedade industrial, assinale a alternativa correta.

- (A) Para que o contrato de transferência de tecnologia produza efeitos em relação a terceiros, não é necessária a sua averbação no INPI.
- (B) O prazo para a decisão do INPI sobre a averbação do contrato é de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do pedido de registro do contrato no INPI.
- (C) Os contratos de licença de uso de marcas registradas podem ser celebrados a título oneroso ou gratuito, e sua averbação junto ao INPI, é obrigatória para produzir efeitos entre as partes contratantes sediadas no Brasil.
- (D) A Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça é intimada a se manifestar sobre a averbação de todos os contratos de exploração de patente que envolvam empresas sediadas no exterior.
- (E) Uma das formas de cessão de direitos sobre marca é através de cisão de sociedade.

**27.** Em relação ao direito de propriedade industrial, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as pessoas jurídicas estão legitimadas para requerer e obter registro de marca no INPI.
- (B) Ao titular da marca ou ao depositante é assegurado o direito de zelar pela sua integridade material ou reputação.
- (C) Não é registrável como marca sinal de caráter genérico, necessário, comum, vulgar, distintivo ou simplesmente descritivo.
- (D) Os sinais ou expressões empregados apenas como meio de propaganda recebem proteção especial como marcas evidentemente conhecidas no Brasil.
- (E) De acordo com a Convenção da União de Paris (CUP), as patentes requeridas nos diferentes países da União por nacionais de países da União serão dependentes das patentes obtidas para a mesma invenção nos outros países, membros ou não da União.

**28.** João é um criador independente e desenvolveu um novo sistema de digitalização de documentos que gera economia e maior qualidade na digitalização em relação a tudo que já existe no estado da técnica no Brasil e internacionalmente. João fez uma busca de anterioridades internacional e pretende proteger o sistema que desenvolveu.

Frente a tal situação, assinale a alternativa correta.

- (A) João poderá requerer patente de invenção no Brasil e, dentro do prazo legal, poderá também requerer a proteção desta patente nos países signatários da Convenção da União de Paris (CUP).
- (B) Como o novo sistema foi desenvolvido no Brasil, João poderá protegê-lo como patente apenas no Brasil e terá de contratar pessoas físicas ou jurídicas para serem titulares de sua patente nos países de seu interesse que sejam signatários do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT).
- (C) João poderá proteger o seu sistema de digitalização como obra autoral por se tratar de obra legalmente equiparada a topografias de circuitos integrados.
- (D) Como foi feita a busca de anterioridades, João poderá, após o ingresso do pedido de patente no INPI, requerer diretamente no Escritório de Patentes da Europa uma certidão de validação e concessão automática da patente na Europa.
- (E) João também poderá proteger como patente no INPI o código-fonte do programa de computador que auxilia na digitalização de documentos.

**29.** Assinale a alternativa que contém apenas contratos passíveis de averbação pelo INPI.

- (A) Exploração de patente; franquia; prestação de serviços de assistência técnica e científica.
- (B) Fornecimento de tecnologia; pesquisa científica; exploração de patente.
- (C) Uso de marca; exploração de patente; fusão entre empresas.
- (D) Exploração de desenho industrial; prestação de serviços de assistência técnica e científica; alteração de nome empresarial envolvendo cisão de empresas.
- (E) Alteração de nome empresarial envolvendo cisão de empresas; franquia; exploração de patente.

**30.** No que se refere ao Acordo TRIPS/ADPIC, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A natureza dos bens ou serviços para os quais se aplique uma marca não constituirá, em nenhum caso, obstáculo a seu registro.
- (B) Os Membros não poderão estabelecer exceções limitadas aos direitos conferidos para uma marca.
- (C) A oportunidade para recurso judicial contra qualquer decisão de anular ou de caducar uma patente deverá possuir prazos adequados e uniformes em todos os países signatários deste Acordo.
- (D) De acordo com normas internas de cada Membro, a vigência da patente poderá ser inferior a um prazo de 20 anos, desde que seja superior ao prazo de 15 anos contados a partir da data do depósito.
- (E) Os Membros concordam que algumas práticas ou condições de licenciamento relativas a direitos de propriedade intelectual que restringem a concorrência podem afetar adversamente o comércio e impedir a transferência e disseminação de tecnologia.

**31.** No que se refere ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinale a alternativa correta.

- (A) É o principal documento de proteção institucional no caso de pesquisas em seres humanos.
- (B) É um documento legal, com valor análogo ao de um contrato.
- (C) Deve ser redigido em linguagem técnica, já que é parte integrante de um projeto de pesquisa científica.
- (D) A cópia assinada pelos sujeitos de pesquisa deve ser mantida sob guarda do pesquisador por 5 anos.
- (E) É um documento necessário apenas nos casos de pesquisas que envolvem riscos consideráveis, podendo ser dispensado na maioria dos casos.

**32.** Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Saúde 196/96 que regulamenta a Pesquisa em Seres Humanos no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) O pagamento aos sujeitos de pesquisa é permitido, exceto nos casos de pesquisas com novas drogas.
- (B) O ressarcimento das despesas decorrentes da pesquisa (como passagens e alimentação) é permitido, desde que não seja de valor excessivo que possa comprometer a decisão sobre a participação na pesquisa.
- (C) O ressarcimento pode e deve ser utilizado no pagamento de despesas médicas acessórias decorrentes dos procedimentos relacionados à pesquisa.
- (D) O pagamento aos sujeitos de pesquisa é permitido em projetos de pesquisa com financiamento privado, mas não naqueles financiados por agências públicas.
- (E) Ressarcimento e indenização, para efeitos desta resolução, possuem o mesmo significado.

**33.** Regarding the establishment of a Research Ethics Committee (Comitê de Ética em Pesquisa, CEP) it is correct to say that:

- (A) Its members should be paid for their work at the Committee.
- (B) It is mandatory the participation of a lawyer as an employee of the institution, to oversee its interests.
- (C) It is mandatory the participation of at least one member with medical background.
- (D) There is no minimum or maximum number of participants, as it shall be governed by the number of projects submitted in the institution.
- (E) The duration of term appointment as a member of the Committee is three years.

**34.** Os quatro princípios fundamentais da bioética são:

- (A) Autonomia, Beneficência, Não Maleficência e Justiça.
- (B) Autonomia, Benevolência, Prudência e Justiça.
- (C) Paternalismo, Contratualismo, Assistencialismo e Dinamismo.
- (D) Princípio da Precaução, Princípio do Duplo Efeito, Princípio da Veracidade, Princípio da Não Maleficência.
- (E) Autonomia, Beneficência, Altruísmo, Equidade.

**35.** Com relação à obtenção de células-tronco embrionárias, a Lei Nº 11.105/05

- (A) autoriza o uso de embriões que tenham sido criados especificamente para este fim.
- (B) autoriza apenas o uso de embriões inviáveis.
- (C) autoriza a produção de células-tronco embrionárias para fins de pesquisa e terapia.
- (D) não exige o consentimento dos genitores no caso de embriões congelados há mais de três anos.
- (E) veta a produção de células-tronco embrionárias a partir de embriões humanos.

**36.** Com relação à Lei Nº 11794/08, que regulamenta os Procedimentos para o Uso Científico de Animais, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A utilização de animais em atividades educacionais fica restrita a estabelecimentos de ensino superior e de ensino técnico de nível médio na área biomédica.
- (B) Atividades de pesquisa incluem, para fins dessa lei, as práticas zootécnicas relacionadas à agropecuária.
- (C) A criação de uma Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) é obrigatória para todas as instituições que criem ou utilizem animais para ensino e pesquisa.
- (D) A CEUA deve ser credenciada junto ao Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA).
- (E) Todo projeto de pesquisa científica ou atividade de ensino deverá ser supervisionado por profissional de nível superior, graduado ou pós-graduado na área biomédica, vinculado a entidade de ensino ou pesquisa credenciada pelo CONCEA.

**37.** A Resolução do Conselho Nacional de Saúde 340/04, que estabelece Diretrizes para Análise Ética e Tramitação dos Projetos de Pesquisa da Área Temática Especial de Genética Humana, estabelece que

- (A) pesquisa genética produz uma categoria especial de dados por conter informação médica, científica e pessoal, devendo por isso ser avaliado o impacto do seu conhecimento sobre o indivíduo, a família e a totalidade do grupo a que o indivíduo pertença.
- (B) as pesquisas envolvendo testes preditivos deverão ser precedidas, antes da coleta do material, de esclarecimentos sobre o significado e o possível uso dos resultados previstos.
- (C) deve ser oferecida, aos sujeitos de pesquisa, a opção de escolherem entre ser informados ou não sobre resultados de seus exames.
- (D) os projetos de pesquisa deverão ser acompanhados de proposta de aconselhamento genético, quando for o caso.
- (E) os dados genéticos resultantes de pesquisa associados a um indivíduo identificável poderão ser divulgados a terceiros, mesmo sem o consentimento do sujeito da pesquisa, quando essa divulgação for de relevância médica.

**38.** Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Saúde 196/96 que regulamenta a Pesquisa em Seres Humanos no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) Toda pesquisa com seres humanos envolve risco; mesmo assim, estes são admissíveis se oferecerem elevada probabilidade de gerar conhecimento relevante para minorar o sofrimento humano.
- (B) O único risco presente em pesquisas da área biomédica é o risco físico, enquanto nas demais pesquisas em seres humanos prevalecem os riscos psicológicos e sociais.
- (C) O Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da instituição deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso do estudo, mesmo se ocorridos em uma instituição diferente.
- (D) Os sujeitos de pesquisa têm direito à indenização por danos decorrentes de sua participação na pesquisa, mesmo se estes estiverem claramente explicitados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).
- (E) O dano eventual de uma pesquisa científica poderá ser imediato ou tardio, comprometendo o indivíduo ou a coletividade.

**39.** To whom belongs the information in a patient's file?

- (A) To the hospital.
- (B) To the patient's family.
- (C) To health care professionals.
- (D) To the patient himself.
- (E) Only to the doctors.

**40.** Which of the following **is not** an attribution of the Research Ethics Committee (Comitê de Ética em Pesquisa, CEP)?

- (A) To review the scientific and methodological aspects of research protocols.
- (B) To play an educational role, fostering the reflection about science and research ethics.
- (C) To review the ethical aspects of research protocols.
- (D) To be in contact with the National Committee of Research Ethics (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, CONEP).
- (E) To file the documents related to research protocols and keep the information therein contained confidential.

**41.** De acordo com a Lei Complementar nº 101, art. 31, se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadri-estremestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em, pelo menos,

- (A) 20% no primeiro.
- (B) 25% no segundo.
- (C) 10% no primeiro.
- (D) 20% no segundo.
- (E) 30% até o segundo.

**42.** A escolha de ministro do Tribunal de Contas da União para a sexta vaga, de acordo com a Lei 8.443/92, caberá

- (A) ao Plenário do Tribunal de Contas da União.
- (B) ao Senado Federal.
- (C) ao Congresso Nacional.
- (D) à Câmara Federal.
- (E) ao Presidente da República.

**43.** As alternativas abaixo referem-se a pessoas jurídicas legitimadas, concorrentemente, para atuarem na defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas, segundo a Lei 8.078/90, **EXCETO** uma delas. Assinale-a.

- (A) Empresas públicas.
- (B) Distrito Federal.
- (C) Autarquias.
- (D) Associações legalmente constituídas há pelo menos dois anos e que incluam a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo código de Defesa do Consumidor.
- (E) Ministério Público Estadual.

**44.** De acordo com a Lei 8.429/92, a representação criminosa por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente, é passível de pena

- (A) de reclusão de seis a doze meses e multa.
- (B) de reclusão de cinco a doze meses.
- (C) de detenção de um a três anos e multa.
- (D) de reclusão de dois a quatro anos.
- (E) de detenção de seis a dez meses e multa.

**45.** De acordo com a Lei 9.868/99, e concedida medida cautelar pelo Supremo Tribunal Federal, em Ação Declaratória de Constitucionalidade, o prazo para que o Sodalício proceda ao julgamento da ação é de

- (A) 180 dias.
- (B) 150 dias.
- (C) 120 dias.
- (D) 30 dias.
- (E) 20 dias.

**46.** Qual o prazo decadencial para pleitear-se a anulação de negócio jurídico viciado por erro, a contar do dia em que se realizou?

- (A) 1 ano.
- (B) 2 anos.
- (C) 3 anos.
- (D) 4 anos.
- (E) 5 anos.

**47.** Assinale a alternativa que está de acordo com a atual redação do Código de Processo Civil.

- (A) Os litisconsortes terão prazo em dobro para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos, ainda que tiverem o mesmo procurador.
- (B) Constitui causa de impedimento do juiz, segundo o art. 134 do Código de Processo Civil, quando este for amigo íntimo de um dos advogados da parte.
- (C) Extingue-se o processo, sem resolução do mérito, quando o juiz acolher alegação de coisa julgada.
- (D) Segundo o art. 520, do Código de Processo Civil, a sentença que condenar à prestação de alimentos será recebida no efeito devolutivo e suspensivo.
- (E) Poderá a parte requerer seu próprio depoimento pessoal, caso o juiz não o determinar de ofício, de acordo com o art. 343 do Código de Processo Civil.

**48.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Conforme a Constituição Federal, art. 5º, XXXIV, a todos é assegurado direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos; todavia, somente as pessoas físicas poderão fazê-lo independentemente do pagamento de taxas.
- (B) O cidadão brasileiro, o estrangeiro e as pessoas jurídicas possuem legitimação constitucional para a propositura da ação popular.
- (C) Conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, caberá mandado de injunção contra norma constitucional autoaplicável.
- (D) O prazo decadencial para a impetração do mandado de segurança é de 120 dias, a contar da data em que o interessado tiver conhecimento oficial do ato a ser impugnado.
- (E) O prazo para apelação no procedimento de *habeas data*, por expressa previsão da Lei 9507/97, é de 30 dias.

**49.** Conforme o art. 522 do Código de Processo Civil, quais são os prazos para a interposição de agravo de instrumento e para interposição do agravo retido de decisão interlocutória?

- (A) 10 dias e 5 dias respectivamente.
- (B) 5 dias e 10 dias respectivamente.
- (C) 15 dias para ambos.
- (D) 5 dias para ambos.
- (E) 10 dias para ambos.

**50.** Qual das alternativas NÃO se refere à hipótese de cabimento de ação rescisória para rescindir sentença de mérito transitada em julgado, conforme o art. 485 do Código de Processo Civil?

- (A) Se a sentença resultar de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei.
- (B) Se a sentença ofender a coisa julgada.
- (C) Se a sentença violar literal disposição de lei.
- (D) Se a sentença fundar-se em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal, ou seja, provada na própria ação rescisória.
- (E) Se, antes da sentença, o autor obtiver documento capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável.